



# **MILEGATE**



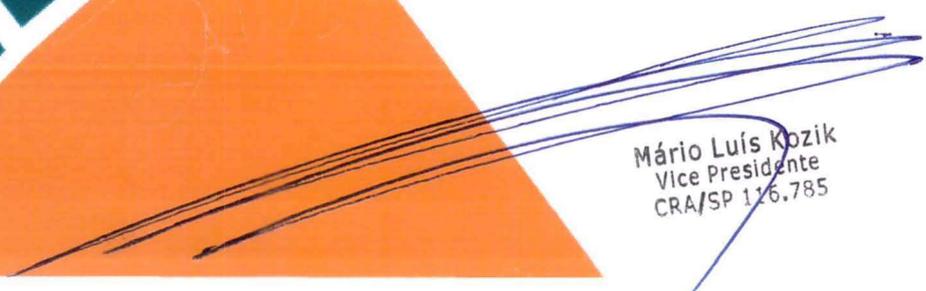
Independent member  
**Morison Global**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E  
2020 ACOMPANHADAS DO  
RELATÓRIO DO AUDITOR  
INDEPENDENTE**

**BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**



**SÃOCAMILO**



Mário Luís Kozik  
Vice Presidente  
CRA/SP 116.785

São Paulo, 21 de março de 2022.

À  
**BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**  
São Paulo - SP

Prezados Senhores

Pela presente, encaminhamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 da **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

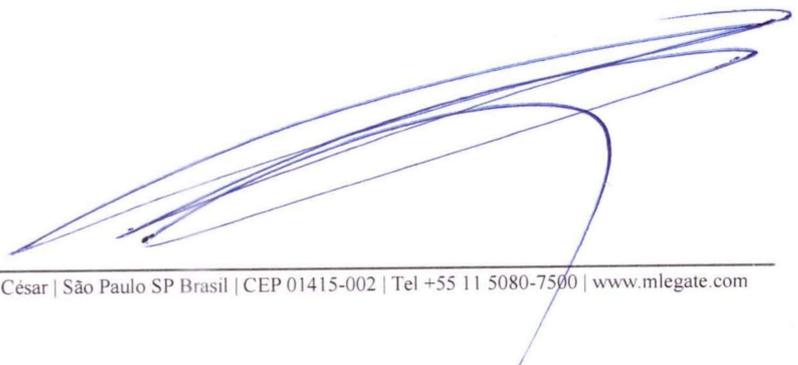
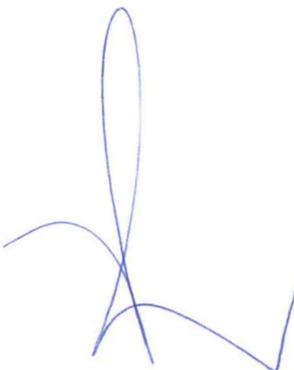
**MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC 2SP033482/O-3



**Vagner Alves de Lira**  
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

Assinado de forma digital  
por VAGNER ALVES DE  
LIRA:04095762802  
Dados: 2022.03.22  
16:57:00 -03'00'



## BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2021 e 2020  
Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

### Índice

	Páginas
Relatório da Administração .....	2
Relatório do Auditor Independente .....	5
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balanço Patrimonial Ativo e Passivo .....	8-9
Demonstração do Resultado .....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	12
<b>Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>13</b>

**Beneficência Camiliana do Sul****Balço Patrimonial Ativo**  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)

CNPJ- 83.506.030/0001-00

Contas	Nota	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>160.471.498,79</b>	<b>148.501.601,51</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.834.179,13	2.811.742,31
<b>Realizável</b>		<b>156.637.319,66</b>	<b>145.689.859,20</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>109.638.842,84</b>	<b>102.317.894,19</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	3.1	24.643.299,33	24.127.321,51
Aplicações Livres	3.2	84.995.543,51	78.190.572,68
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>2.2(c)</b>	<b>21.563.946,55</b>	<b>21.347.555,80</b>
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		18.255.423,21	18.625.003,57
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		2.345.880,70	1.759.909,59
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		962.642,64	962.642,64
<b>Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>4</b>	<b>18.309.528,81</b>	<b>16.232.208,43</b>
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>5</b>	<b>65.274,17</b>	<b>-</b>
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	<b>6</b>	<b>7.023.674,90</b>	<b>5.754.727,21</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>36.052,39</b>	<b>37.473,57</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>155.419.626,12</b>	<b>128.265.790,95</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>7</b>	<b>2.316.300,60</b>	<b>2.233.863,20</b>
Titulos e Créditos a Receber		20.800,00	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.253.101,71	2.233.863,20
Outros Créditos a Receber		42.398,89	-
<b>Imobilizado</b>	<b>8</b>	<b>152.368.843,75</b>	<b>125.305.539,27</b>
<b>Imóveis de Uso Próprio</b>		<b>37.080.969,43</b>	<b>34.371.418,92</b>
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		19.101.068,15	19.189.004,51
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		17.979.901,28	15.182.414,41
<b>Imobilizado de Uso Próprio</b>	<b>8 - A</b>	<b>36.857.041,88</b>	<b>31.326.772,64</b>
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		34.899.632,85	29.901.665,89
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.957.409,03	1.425.106,75
<b>Imobilizações em Curso</b>	<b>8 - A</b>	<b>77.964.837,53</b>	<b>58.069.489,57</b>
<b>Outras Imobilizações</b>	<b>8 - A</b>	<b>465.994,91</b>	<b>1.537.858,14</b>
<b>Intangível</b>	<b>8 - B</b>	<b>734.481,77</b>	<b>726.388,48</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>315.891.124,91</b>	<b>276.767.392,46</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



**Beneficência Camiliana do Sul**  
**Balço Patrimonial Passivo**  
**em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)**  
**CNPJ- 83.506.030/0001-00**

Contas	Nota	2021	2020
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		69.266.284,74	65.390.601,98
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	36.436.560,06	34.073.399,33
Provisões de Prêmios / Contraprestações		4.650.422,28	4.507.387,78
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	13 (b)	4.650.422,28	4.507.387,78
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13 (c)	872.916,71	989.653,42
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	13 (a)	14.389.794,33	13.824.133,62
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13 (d)	16.523.426,74	14.752.224,51
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		540.313,20	1.586.052,08
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	14	540.313,20	1.586.052,08
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	15	11.357.463,25	11.961.469,17
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	2.732.261,16	2.273.557,28
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		-	231.952,55
Débitos Diversos	17	18.199.687,07	15.264.171,57
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		21.381.998,49	22.662.044,37
Provisões		21.122.632,69	21.472.044,37
Provisões para Demandas Judiciais	18	21.122.632,69	21.472.044,37
Débitos Diversos		259.365,80	1.190.000,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		225.242.841,68	188.714.746,11
Patrimônio Social		188.714.746,11	142.490.143,12
Superávit do Exercício		36.528.095,57	46.224.602,99
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>315.891.124,91</b>	<b>276.767.392,46</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



**Beneficência Camiliana do Sul**  
Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)  
CNPJ- 83.506.030/0001-00

Contas	Nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		185.500.433,00	169.659.696,51
<b>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>185.500.433,00</b>	<b>169.659.696,51</b>
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		185.500.433,00	169.571.573,21
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	88.123,30
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos</b>		<b>(155.242.550,62)</b>	<b>(124.263.945,39)</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(153.471.348,39)	(123.023.506,55)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(1.771.202,23)	(1.240.438,84)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>30.257.882,38</b>	<b>45.395.751,12</b>
<b>Outras Receitas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>1.721.686,68</b>	<b>2.030.455,57</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>19</b>	<b>252.992.147,04</b>	<b>196.131.624,32</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	19	86.433.500,31	48.194.402,68
Outras Receitas Operacionais	19	166.558.646,73	147.937.221,64
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(5.788.893,75)</b>	<b>(5.888.491,55)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.110.273,54)	(5.254.362,94)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(569.070,04)	(75.767,62)
Perdas Esperadas Sobre Créditos		(109.550,17)	(558.360,99)
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>20</b>	<b>(227.540.628,45)</b>	<b>(178.438.006,61)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>51.642.193,90</b>	<b>59.231.332,85</b>
Despesas de Comercialização		(1.335.633,46)	(938.633,91)
Despesas Administrativas	<b>21</b>	(19.607.928,06)	(17.429.303,91)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>5.520.876,53</b>	<b>5.352.587,35</b>
Receitas Financeiras		6.619.207,57	6.540.331,06
Despesas Financeiras		(1.098.331,04)	(1.187.743,71)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>308.586,66</b>	<b>8.620,61</b>
Receitas Patrimoniais		308.586,66	9.004,75
Despesas Patrimoniais		-	(384,14)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>36.528.095,57</b>	<b>46.224.602,99</b>
<b>SUPERÁVIT LÍQUIDO / SOBRAS LÍQUIDAS</b>		<b>36.528.095,57</b>	<b>46.224.602,99</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



## BeneficÃncia Camiliana do Sul

### DemonstraÃÃo das MutaÃÃes do PatrimÃnio LÃquido

Para os exercÃcios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)

CNPJ - 83.506.030/0001-00

	PatrimÃnio Social	SuperÃvit do ExercÃcio	Total
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>	<b>135.708.232,67</b>	<b>6.781.910,45</b>	<b>142.490.143,12</b>
IncorporaÃÃo do SuperÃvit do exercÃcio anterior	6.781.910,45	(6.781.910,45)	-
SuperÃvit do ExercÃcio	-	46.224.602,99	46.224.602,99
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	<b>142.490.143,12</b>	<b>46.224.602,99</b>	<b>188.714.746,11</b>
IncorporaÃÃo do SuperÃvit do exercÃcio anterior	46.224.602,99	(46.224.602,99)	-
SuperÃvit do ExercÃcio	-	36.528.095,57	36.528.095,57
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	<b>188.714.746,11</b>	<b>36.528.095,57</b>	<b>225.242.841,68</b>

As notas explicativas sÃo partes integrantes das demonstraÃÃes financeiras



**Beneficência Camiliana do Sul**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios**  
**findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)**  
**CNPJ - 83.506.030/0001-00**  
**Método Direto**

<b>Contas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos Saúde	199.867.404,86	184.987.045,37
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	10.243.221,10	10.068.545,56
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3.985.579,61	1.405.078,87
(+) Outros Recebimentos Operacionais	254.674.975,56	231.873.657,42
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(279.645.045,75)	(230.292.594,09)
(-) Pagamento de Comissões	(185.778,31)	(105.310,93)
(-) Pagamento de Pessoal	(74.226.959,65)	(66.100.926,41)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(22.226.609,40)	(17.573.561,80)
(-) Pagamento de Tributos	(4.099.522,37)	(3.731.830,28)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(3.470.957,22)	(2.126.148,75)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.645.530,77)	(1.365.338,99)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(2.664.571,34)	(2.462.145,72)
(-) Aplicações Financeiras	(15.051.626,23)	(23.651.066,60)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(30.370.938,42)	(38.919.385,39)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>35.183.641,67</b>	<b>42.006.018,26</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(-) Pagamento por Aquisição de Ativo Imobilizado	(33.818.230,82)	(40.992.775,56)
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	(111.021,48)	(149.337,46)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(33.929.252,30)</b>	<b>(41.142.113,02)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	227.853,36
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(231.952,55)	(44.205,12)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>(231.952,55)</b>	<b>183.648,24</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.022.436,82</b>	<b>1.047.553,48</b>
<b>DEMONSTRADO COMO SEGUE:</b>		
CAIXA – Saldo Inicial	2.811.742,31	1.764.188,83
CAIXA - Saldo Final	3.834.179,13	2.811.742,31
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.022.436,82</b>	<b>1.047.553,48</b>
Ativos Livres no Início do Período (*)	81.002.314,99	63.775.056,71
Ativos Livres no Final do Período (*)	88.829.722,64	81.002.314,99
<b>Aumento/(Diminuição) dos Recursos livres</b>	<b>7.827.407,65</b>	<b>17.227.258,28</b>

(\*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

Obs: Demonstramos na nota explicativa nº 20 a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais, conforme determinado pela CPC 03 - item 20.A

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

## BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

CNPJ 83.506.030/0001-00

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em Reais

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**, denominada simplesmente **BENEFICÊNCIA**, é uma associação civil de direito privado, de caráter confessional católico, filantrópica entidade beneficente de assistência social com atuação exclusivamente na área da saúde, de fins não lucrativos, apolítica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é mantenedora de 8(oito) filiais (hospitais) sediados na região sul do país, possui atividade de operadora de plano de saúde na matriz e em 14(quatorze) filiais em diversas localidades do País. Está registrada como Operadora de Planos de Saúde junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 31.829-9, e tem como finalidades estatutárias:

- I. Prestar assistência à Saúde a tantos quantos demandares os seus serviços, inclusive nas áreas de prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos;
- II. Desenvolver atividades educacionais, tanto na área religiosa como na área de Saúde, podendo para tanto fundar e manter estabelecimentos de Educação e de ensino nos moldes recomendados e preconizados no Título VIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a Ordem Social;
- III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;
- IV. Prestar serviços de assistência social aos menores, aos adolescentes e a todos aqueles que necessitarem de amparo social;
- V. Organizar atividades que permitam a formação de profissionais que queiram dedicar-se à área da Saúde aprimorando a qualidade de recursos humanos especializados;
- VI. Apoiar instituições com objetivos afins, para promover atividades conjuntas em parceria, podendo manter intercâmbios educacionais, culturais, beneficentes e informativos;
- VII. Apoiar, promover e desenvolver cursos de capacitação atualização e aperfeiçoamento profissional, bem como ministrar cursos, palestras, congressos, seminários, simpósio, conferências. presenciais ou na modalidade digital, podendo comercializar e disponibilizar material didático e científico relacionado com sua are de atuação;
- VIII. Operar planos de saúde conforme legislação em vigor;
- IX. Desenvolver a Pastoral da Saúde, propiciando atenção integral a pessoa.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e, também a ITG 2002 (R1) – Resolução 1409/2012, que preconiza critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi em 31 de janeiro de 2022.

#### b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada de outra forma em nota explicativa.

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Entidade.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros que possam ser afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

## 2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### a.1. Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

#### a.2. Passivos financeiros

A Entidade reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

#### b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem valores em espécie, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, as aplicações estão divididas entre aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

As aplicações financeiras vinculadas condizem às provisões técnicas para garantir o pagamento dos Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), conforme determinado na Subseção III da Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 da ANS, para que as Operadoras de Plano de Saúde garantam financeiramente suas operações.

As aplicações financeiras estão classificadas como:

**Livres:** são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e;

**Garantidoras de provisões técnicas:** Visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2017. Possuem, em sua maioria, cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde. As Perdas Sobre Créditos (PPSC) é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber, constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento, e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

**d) Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir sua realização.

**e) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. As perdas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas por um montante julgadas suficiente para eventuais perdas na realização dos referidos créditos.

**f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados a valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Entidade avaliou os saldos e concluiu que para as demonstrações financeiras de 2021 não há operações de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que necessitem ser ajustadas.

**g) Imobilizado**

**g.1 Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção mais a reavaliação, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis ao ativo necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. A reavaliação é para os grupos de terrenos, edificações e veículos. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

**g.2 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**g.3 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com respectiva despesa lançada no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**g.4 Avaliação do valor recuperável de ativos (impairment)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Entidade revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da entidade entende que não há a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

#### h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- **Provisão de prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG:** caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receita de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.
- **Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS:** provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- **Provisão para eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais:** representado pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** A operadora possui o montante apresentado no quadro de provisão técnica com base nos percentuais definidos pela ANS e reconhecida em montante integral.

#### **i) Empréstimos e financiamentos a pagar**

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **j) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

#### **k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

**Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

**Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis normalmente são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

**m) Segregação entre circulante e não circulante**

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no Circulante, e as com prazos superiores, no Não Circulante.

**n) Demonstração do superávit do exercício.**

As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.

**o) Patrimônio Líquido**

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

**p) Demonstração do resultado abrangente**

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no exercício de 2021.

**3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa Geral	24.180,00	22.150,00
Valores em Trânsito	409.021,43	272.151,08
Contas Correntes – Bancárias	3.400.977,70	2.517.441,23
	<b>3.834.179,13</b>	<b>2.811.742,31</b>

### 3.1. APLICAÇÕES GARANTIDORA DE PROVISÕES TÉCNICAS

	2021	2020
CDB Flex Empresarial - CEF	3.935.981,50	4.272.104,25
CAIXA FIC TOP REF DI LP	4.458.300,85	4.258.644,56
BB RF LP Dedic ANS	2.726.226,66	2.617.705,23
CAIXA FI Saúde Suplementar – ANS	13.522.790,32	12.978.867,47
	<b>24.643.299,33</b>	<b>24.127.321,51</b>

As aplicações garantidoras de provisões técnicas, estão substancialmente compostas, por aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

### 3.2. APLICAÇÕES LIVRES

	2021	2020
RDB/CDB Banco do Brasil	-	58.301,93
CDB Caixa Econômica Federal	32.877,71	2.128,79
BB Aplicação DI	-	5.035,20
RDC Sicoob Crediauc	143.464,43	132.950,84
CDB Flex Empresarial - CEF	34.171.208,08	31.732.581,23
Caixa FIC Giro Empresarial RF	477.328,85	127.334,44
Banco Contas Aplicações - Hospitais	50.170.664,44	46.132.240,25
	<b>84.995.543,51</b>	<b>78.190.572,68</b>

### 4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2021	2020
Créditos com Pacientes Particulares e Convênios	9.846.473,33	9.483.623,15
Crédito Convênio Entidades Públicas	274.426,92	1.617.609,08
Créditos de Pacientes do SUS	10.372.380,76	6.848.048,43
(-) Perdas esperadas de créditos	-5.282.665,56	(3.075.434,99)
Adiantamentos de Fornecedores	1.414.102,70	450.984,78
Adiantamentos Funcionários	1.408.776,15	551.233,04
Outras contas a Receber	276.034,51	356.144,94
<b>Total</b>	<b>18.309.528,81</b>	<b>16.232.208,43</b>

## 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2021	2020
INSS a recuperar	11.701,99	-
ISS a recuperar	53.572,18	-
<b>Total</b>	<b>65.274,17</b>	-

## 6. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2021	2020
Estoques	5.604.429,41	5.073.769,87
Outros Bens e Títulos a Receber	1.419.245,49	680.957,34
<b>Total</b>	<b>7.023.674,90</b>	<b>5.754.727,21</b>

## 7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2021	2020
Títulos e Créditos a Receber	20.800,00	-
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	1.811.644,74	1.811.644,74
Depósitos Judiciais - Cíveis	353.730,72	334.492,21
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	87.726,25	87.726,25
Outros Créditos à Receber	42.398,89	-
<b>Total</b>	<b>2.316.300,60</b>	<b>2.233.863,20</b>

## 8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### a) Imobilizado

Demonstrado como segue:

IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	Taxa Depr.
<b>Imóveis - Hospitalares</b>					
Terrenos	8.113.338,18	-	-	8.113.338,18	-
Edificações	22.457.351,11	501.839,39	-	22.959.190,50	4%a.a.
<b>Total Imóveis - Hospitalares</b>	<b>30.570.689,29</b>	<b>501.839,39</b>	-	<b>31.072.528,68</b>	
<b>(-) Depreciação acumulada</b>	<b>(11.381.684,78)</b>	<b>(589.775,75)</b>	-	<b>(11.971.460,53)</b>	
<b>Total Imóveis - Hospitalares - Líquido</b>	<b>19.189.004,51</b>	<b>(87.936,36)</b>	-	<b>19.101.068,15</b>	

IMÓVEIS - NÃO HOSPITALARES	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	Taxa Depr.
Terrenos	5.040.155,35	-	-	5.040.155,35	-
Edificações	14.660.220,95	3.499.676,33	-	18.159.897,28	4%a.a.
<b>Total Imóveis - Não Hospitalares</b>	<b>19.700.376,30</b>	<b>3.499.676,33</b>	<b>-</b>	<b>23.200.052,63</b>	
(-) Depreciação Acumulada	(4.517.961,89)	(702.189,46)	-	(5.220.151,35)	
<b>Total Imóveis - Não Hospitalares Líquido</b>	<b>15.182.414,41</b>	<b>2.797.486,87</b>	<b>-</b>	<b>17.979.901,28</b>	

<b>TOTAL DE IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO</b>	<b>34.371.418,92</b>	<b>2.709.550,51</b>	<b>-</b>	<b>37.080.969,43</b>	
--	----------------------	---------------------	----------	----------------------	--

IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	Taxa Depr.
Instalações	1.692.364,94	472.147,71	(138.872,49)	2.025.640,16	10%a.a.
Máquinas e equipamentos	50.435.657,27	6.528.493,14	(946.245,78)	56.017.904,63	10%a.a.
Equipamentos de Proc. Eletrônico de Dados	4.377.633,69	609.548,26	(18.589,47)	4.968.592,48	20%a.a.
Móveis e utensílios	18.358.942,39	3.862.542,66	(126.147,86)	22.095.337,19	10%a.a.
Veículos	1.279.726,91	78.680,40	(134.320,60)	1.224.086,71	20%a.a.
<b>Total Imobilizado Hospitalares</b>	<b>76.144.325,20</b>	<b>11.551.412,17</b>	<b>(1.364.176,20)</b>	<b>86.331.561,17</b>	
(-) Depreciação acumulada	(46.242.659,31)	(6.407.685,87)	1.218.416,86	(51.431.928,32)	
<b>Total Imobilizado Hospitalares Líquido</b>	<b>29.901.665,89</b>	<b>5.143.726,30</b>	<b>(145.759,34)</b>	<b>34.899.632,85</b>	

NÃO HOSPITALARES	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	Taxa Depr.
Instalações	286.000,79	-	-	286.000,79	10%a.a.
Máquinas e Equipamentos	1.147.721,28	284.377,67	(187.952,35)	1.244.146,60	10%a.a.
Equipamentos de Proc. Eletrônico de Dados	1.165.381,41	489.211,10	(293.388,45)	1.361.204,06	10%a.a.
Móveis e utensílios	1.344.080,51	373.730,20	(296.612,64)	1.421.198,07	10%a.a.
Veículos	800.697,43	757.335,96	(236.468,40)	1.321.564,99	20%a.a.
<b>Total Imobilizado Não Hospitalares</b>	<b>4.743.881,42</b>	<b>1.904.654,93</b>	<b>(1.014.421,84)</b>	<b>5.634.114,51</b>	
(-) Depreciação acumulada	(3.318.774,67)	996.442,54	(1.354.373,35)	(3.676.705,48)	
<b>Total Imobilizado Não Hospitalares Líquido</b>	<b>1.425.106,75</b>	<b>2.901.097,47</b>	<b>(2.368.795,19)</b>	<b>1.957.409,03</b>	
<b>IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO</b>	<b>31.326.772,64</b>	<b>8.044.823,77</b>	<b>(2.514.554,53)</b>	<b>36.857.041,88</b>	

IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	31/12/2020	Adições	Baixas / Transf.	31/12/2021
<b>Hospitalares</b>				
Imóveis em construção	36.525.015,73	6.181.454,09	(193.788,14)	42.512.681,68
Outras imobilizações	16.105.696,14	16.479.327,19	(9.337,24)	32.575.686,09
<b>Total Imobilizações em Curso Hospitalares</b>	<b>52.630.711,87</b>	<b>22.660.781,28</b>	<b>(203.125,38)</b>	<b>75.088.367,77</b>
<b>Não Hospitalares</b>				
Imóveis em construção	5.438.777,70	2.529.902,52	(5.555.255,36)	2.413.424,86
Outras imobilizações	-	498.564,87	(35.519,97)	463.044,90
<b>Total de Imobilizações em Curso Não Hospitalares</b>	<b>5.438.777,70</b>	<b>3.028.467,39</b>	<b>(5.590.775,33)</b>	<b>2.876.469,76</b>
<b>TOTAL DE IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>	<b>58.069.489,57</b>	<b>25.689.248,67</b>	<b>(5.793.900,71)</b>	<b>77.964.837,53</b>

<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas / Transf.</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Taxa Deprec.</b>
<b>Hospitalares</b>					
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	2.396.044,81	8.800,00	(1.920.296,42)	484.548,39	-
<b>Total de Outras Imobilizações Hospitalares</b>	<b>2.396.044,81</b>	<b>8.800,00</b>	<b>(1.920.296,42)</b>	<b>484.548,39</b>	
<b>Não Hospitalares</b>					
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	-	53.509,98	-	53.509,98	10% a.a.
<b>Total de Outras Imobilizações Não Hospitalares</b>	<b>-</b>	<b>53.509,98</b>	<b>-</b>	<b>53.509,98</b>	
(-) Depreciação- Outras Imobilizações	(858.186,67)	(122.249,03)	908.372,24	(72.063,46)	
<b>TOTAL OUTRAS IMOBILIZAÇÕES HOSPITALARES</b>	<b>1.537.858,14</b>	<b>(59.939,05)</b>	<b>(1.011.924,18)</b>	<b>465.994,91</b>	

<b>IMOBILIZADO TOTAL</b>	<b>125.305.539,27</b>	<b>36.383.683,90</b>	<b>(9.320.379,42)</b>	<b>152.368.843,75</b>
--------------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------

#### b) Intangível

<b>Intangível - Hospitalar</b>	<b>2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2021</b>	<b>Taxa Amortização</b>
Direito de Uso	1.093.955,48	237.895,83	-	1.331.851,31	20% a.a.
<b>Total</b>	<b>1.093.955,48</b>	<b>237.895,83</b>	<b>-</b>	<b>1.331.851,31</b>	
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(551.897,73)</b>	<b>(117.537,31)</b>	<b>-</b>	<b>(669.435,04)</b>	
<b>Intangível Líquido</b>	<b>542.057,75</b>	<b>120.358,52</b>	<b>-</b>	<b>662.416,27</b>	

<b>Intangível – Não Hospitalar</b>	<b>2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2021</b>	<b>Taxa Amortização</b>
Direito de Uso	406.935,28	226.461,99	(304.339,20)	329.058,07	20% a.a.
<b>Total</b>	<b>406.935,28</b>	<b>226.461,99</b>	<b>(304.339,20)</b>	<b>329.058,07</b>	
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(222.604,55)</b>	<b>(201.419,70)</b>	<b>167.031,68</b>	<b>(256.992,57)</b>	
<b>Intangível Líquido</b>	<b>184.330,73</b>	<b>25.042,29</b>	<b>(137.307,52)</b>	<b>72.065,50</b>	

<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>726.388,48</b>	<b>145.400,81</b>	<b>(137.307,52)</b>	<b>734.481,77</b>
----------------------------	-------------------	-------------------	---------------------	-------------------

### 9. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A Entidade mantém relatório de atividades que demonstram no exercício de 2021 o cumprimento do percentual acima do mínimo de 60% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia. A Entidade realizou, ainda, atendimentos à pacientes externos do SUS superior a 10,00%. De forma adicional, prestou serviços ao SUS em ações complementares de saúde, cumprindo o que determina a Lei Complementar nº 187/2021 (em vigor a partir de 16/12/2021), que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

## 10. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A instituição é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria nº 382 - SAS/MS, de 20/03/2019, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 57, de 25/03/2019, com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021. A entidade protocolou em 23/11/2021, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.171178/2021-06, o qual se encontra pendente de julgamento.

## 11. GRATUIDADES: RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS

Representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral em caráter benevolente. A montante registrado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde - durante o exercício de 2021 no montante de R\$ 155.205.656,90 (em 2020 de R\$ 86.553.656,28).

## 12. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS USUFRUÍDAS

Em atendimento à Lei Complementar nº 187/2021(em vigor a partir de 16/12/2021), à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2015, são objeto de renúncia fiscal em razão da imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra “C” e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos em 2021: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; PIS sobre Faturamento; Imposto sobre Operações Financeiras; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Também as contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas são assim compostas:

<b>Isenção Usufruída</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
INSS – Quota Patronal	19.651.802,96	17.077.861,49
COFINS	17.885.682,41	14.974.191,70
CSSL	3.784.553,80	4.685.368,49
<b>Total</b>	<b>41.322.039,17</b>	<b>36.737.421,68</b>

### 13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a constituição de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. A Entidade está sujeita a apresentar Patrimônio Mínimo Ajustado, o patrimônio social ajustado e sua margem de solvência total do exercício no Documento de informações periódicas das Operadoras de Planos de Saúde – DIOPS/ANS do 4º trimestre.

A diversificação de ativos garantidores dessas provisões corresponde às aplicações atendendo aos critérios estabelecidos pela Resolução da ANS. A aplicação financeira está lastreada no segmento de renda detalhado na nota explicativa nº 3.1, com o saldo de R\$ 24.643.299,33 como ativos garantidores. Há, ainda, um imóvel (edificação e terreno) que passou a ser vinculado a ANS a partir de janeiro de 2020 no valor de R\$ 7.746.174,19.

O saldo de provisões técnicas de operações de assistência à saúde representa:

<b>Passivo Circulante</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (a)	14.389.794,33	13.824.133,62
Provisões de Prêmios/Contraprestação não ganha – PPCNG (b)	4.650.422,28	4.507.387,78
Provisão Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (c)	872.916,71	989.653,42
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA (d)	16.523.426,74	14.752.224,51
	<b>36.436.560,06</b>	<b>34.073.399,33</b>

(a) **Provisão de eventos/sinistros a liquidar:** Representa valores relativos à prestação de serviços médicos credenciados efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS. Os valores dos eventos indenizáveis são registrados na data em que o prestador entra em contato com a operadora, em conformidade a Resolução Normativa - RN Nº 393, de 9 de dezembro de 2015.

A composição por vencimento do saldo da provisão de eventos/sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Em Aberto há 30 dias	12.866.683,77	9.928.518,70
Em Aberto há 60 dias	1.523.110,56	3.895.614,92
<b>Total</b>	<b>14.389.794,33</b>	<b>13.824.133,62</b>

- (b) **Provisões de Prêmios/Contraprestação não ganha – PPCNG:** constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores. Em 2020 contempla também a Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha – PPCNG, que foi identificada e contabilizada separadamente em 2021, conforme demonstrado na nota 13.
- (c) **Provisão Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS:** Nesta conta são registrados os valores de provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS e esses valores são registrados através dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI, cadastrados no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que por sua vez indica o saldo a ser provisionado a pagar pelo plano de saúde.
- (d) **Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA:** Registrada no Passivo Circulante, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e não avisados. A operadora possui o montante apresentado no quadro de provisões técnicas com base nos percentuais definidos pela ANS, através da Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores, reconhecida em montante integral.

#### 14. RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIOS

	2021	2020
<b>Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Assistência Médica</b>		
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Individual	328.496,35	1.022.086,09
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Coletivo	146.378,84	461.791,00
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Copart	65.438,01	102.174,99
<b>Total de Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Assistência Médica</b>	<b>540.313,20</b>	<b>1.586.052,08</b>

#### 15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

	2021	2020
Prestadores de Serviços de Saúde	9.524.594,49	9.751.425,99
Outras Obrigações	1.832.868,76	2.210.043,18
<b>Total</b>	<b>11.357.463,25</b>	<b>11.961.469,17</b>

16. **TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
INSS	63.171,27	46.655,59
FGTS	93.828,91	64.698,02
Outras obrigações e retenções a recolher	2.575.260,98	2.162.203,67
<b>Total</b>	<b>2.732.261,16</b>	<b>2.273.557,28</b>

17. **DÉBITOS DIVERSOS**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Salários a pagar	3.872.558,18	3.557.177,31
férias e encargos a pagar	1.280.957,21	828.407,97
Obrigações trabalhista nos hospitais	5.037.875,74	4.512.096,72
Fornecedores	7.650.283,94	6.026.698,52
Outros Débitos a Pagar	358.012,00	339.791,05
<b>Total</b>	<b>18.199.687,07</b>	<b>15.264.171,57</b>

18. **PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS**

A Entidade efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão. Em 2021, foi efetuada a reversão de provisão no montante de R\$ 5.162.426,53, totalizando o valor de R\$ 16.309.617,84, sendo dividida por esfera jurídica como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Tributária	23.140,57	495.669,15
Civil	14.249.652,17	15.574.102,26
Trabalhista	6.849.839,95	5.402.272,96
	<b>21.122.632,69</b>	<b>21.472.044,37</b>

Para fins de divulgação, as perdas consideradas possíveis representam R\$ 60.051.450,79.

19. RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2021	2020
<b>Receitas Operacionais com o Serviço Único de Saúde</b>		
Receita SUS - Pacientes Internados	54.764.403,24	21.887.122,82
Receita SUS - Pacientes Externos	20.404.487,48	14.880.498,98
Receita SUS - Incentivo a Contratualização - IAC	11.124.015,46	11.278.067,16
Receita SUS - Integrasus	140.594,13	148.713,72
<b>Receitas Operacionais com o Serviço Único de Saúde</b>	<b>86.433.500,31</b>	<b>48.194.402,68</b>
(-) Dedução de Receitas com o SUS	-	-
<b>TOTAL DE RECEITA COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (SUS)</b>	<b>86.433.500,31</b>	<b>48.194.402,68</b>

	2021	2020
<b>Receitas com Prestação de Serviços - Hospitais</b>		
Receitas Particulares - Internos	9.674.863,68	7.491.379,37
Receitas de Convênios - Externos	12.336.469,76	10.116.081,12
Receita Convênios Pacientes Internados (Plano/OPS)	59.736.370,23	40.996.816,95
Receita Convênio Pacientes Externos (Plano/OPS)	37.198.301,26	49.354.485,51
Receita Convênio Entid. de Governo (Fed., Est., Munic.)	12.535.221,35	11.330.167,69
(-) Glosa de Convênios	(1.078.262,85)	(636.671,75)
<b>Subtotal – Receitas com prestação de serviços - hospitais</b>	<b>130.402.963,43</b>	<b>118.652.258,89</b>
<b>Outras Receitas Operacionais - Hospitais</b>		
Gratuidade Custo	155.205.656,90	86.553.656,28
(-) Gratuidade Isenção	(155.205.656,90)	(86.553.656,28)
Serviço Voluntário	16.503,19	16.503,19
Doações	2.363.078,54	2.422.336,52
Subvenção	32.839.733,47	25.423.302,78
Outras Receitas Operacionais	936.368,10	1.422.820,26
<b>SUBTOTAL TOTAL DE OUTRAS RECEITAS- HOSPITAIS</b>	<b>36.155.683,30</b>	<b>29.284.962,75</b>
<b>TOTAL DE OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - HOSPITAIS</b>	<b>166.558.646,73</b>	<b>147.937.221,64</b>
<b>TOTAL DE RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA</b>	<b>252.992.147,04</b>	<b>196.131.624,32</b>

**20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ordenados e Encargos Sociais	(52.663.910,85)	(46.408.638,54)
Serviços de terceiros	(81.817.051,08)	(66.830.509,96)
Materiais e Medicamentos	(53.300.732,08)	(34.684.913,27)
Despesas Gerais	(39.040.785,72)	(29.222.690,12)
Impostos e Contribuições	(263.962,50)	(169.872,06)
Outras despesas operacionais	(437.683,03)	(1.104.879,44)
Serviço Voluntário	(16.503,19)	(16.503,19)
Contribuição Previdenciária patronal - Custo	15.532.628,64	17.077.861,49
(-) Contribuição Previdenciária Patronal - Isenção	(15.532.628,64)	(17.077.861,49)
Cofins - Custo	10.229.262,00	14.974.191,70
(-) Cofins Isenção	(10.229.262,00)	(14.974.191,70)
CSLL - Custo	2.575.108,83	4.685.368,49
CSLL - Isenção	(2.575.108,83)	(4.685.368,49)
<b>TOTAL DE OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA</b>	<b>(227.540.628,45)</b>	<b>(178.438.006,58)</b>

**21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas com Pessoal Próprio	(10.670.533,27)	(8.053.532,35)
Despesas com Serviços de Terceiros	(2.976.164,77)	(2.287.163,67)
Despesas com Localização e Funcionamento	(4.483.998,74)	(3.811.768,46)
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	(2.339.399,67)	(1.913.379,03)
Despesas om Tributos	(119.373,72)	(137.185,69)
Despesas com Multas Administrativas	(1.848,37)	(250.560,08)
Despesas Administrativas Diversas	983.390,48	(975.714,63)
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(19.607.928,06)</b>	<b>(17.429.303,91)</b>

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Patrimônio social**

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

**Superávit acumulado**

O superávit acumulado em 2021 de R\$ 36.528.095,57 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária da Entidade.

### 23. CONCILIAÇÃO ENTRE SUPERÁVIT LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração Dos Fluxos De Caixa, apresentamos abaixo a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.  
**Fundamentação: CPC 03 (R2) - Item 20.A**, a seguir:

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Resultado líquido</b>	<b>36.528.095,57</b>	<b>46.224.602,99</b>
<b>Ajustes para conciliar o caixa</b>		
Depreciação e amortização	6.857.854,53	6.459.615,25
Provisões de Prêmios / Contraprestações	143.034,50	437.215,20
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	1.771.202,23	1.240.438,84
Provisões para demandas judiciais	(349.411,68)	2.083.710,57
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>44.950.775,15</b>	<b>56.445.582,85</b>
<b>Variações nos ativos operacionais</b>		
Aplicações financeiras	(7.320.948,65)	(13.758.743,78)
Créditos de operações com planos de saúde de assistência à saúde	(216.390,75)	(3.319.368,78)
Créditos de operações. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(2.077.320,38)	(1.102.252,66)
Créditos Tributários e Previdenciários	(65.274,17)	-
Bens e Títulos a Receber	(1.268.947,69)	(595.649,18)
Despesas Antecipadas	1.421,18	9.442,90
Títulos e Créditos a Receber	(20.800,00)	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	(19.238,51)	(2.233.863,20)
Outros Créditos a Receber	(42.398,89)	-
<b>Variações nos passivos operacionais</b>		
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	(116.736,71)	(91.276,85)
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	565.660,71	(341.185,60)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(1.045.738,88)	1.586.052,08
Débitos com Operações. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(604.005,92)	3.762.575,08
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	458.703,88	254.170,83
Débitos Diversos	2.935.515,50	1.348.213,26
Débitos Diversos	(930.634,20)	42.321,31
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>35.183.641,67</b>	<b>42.006.018,26</b>

## 24. SERVIÇO VOLUNTÁRIO

De acordo com a Resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive, quando for o caso, de membros integrantes dos órgãos da administração e conselheiros, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Os serviços voluntários obtidos foram reconhecidos pelo valor justo da prestação, estimado como base na tabela de remuneração praticada pela entidade.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém ativos e passivos financeiros, como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e empréstimos e financiamentos. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

## 26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, riscos de realização de contas a receber e riscos de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

A Entidade encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

## 27. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 28. COMPROMISSOS

No encerramento do período de 2021 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

## 29. EFEITOS DA PANDEMIA

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi declarada como um surto pandêmico pela mesma Organização.

Desde março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros esperado é o de retração dos Produto Interno Bruto - PIB da maioria dos países. No Brasil é projetada uma retração de 4,41% em seu PIB, conforme boletim Focus do Banco Central do Brasil.

No Brasil, mercado onde a Beneficência Camiliana do Sul opera, as medidas de restrição contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais. Dado este cenário, a Administração estabeleceu processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação da situação, alinhado com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

### **Cuidado com os colaboradores:**

Adoção de teletrabalho (home office) para parte dos colaboradores administrativos, inclusive pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco, adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

Para além de incremento e massificação de ações práticas relativas a orientação, informação, treinamentos respeitando as medidas de segurança, e conscientização relativos a comportamentos preventivos contra a crise sanitária. Adoção frequente de peças de endomarketing aliadas a rígido monitoramento do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva. Ações efetivas e rápidas do SESMT/SESTR, Serviço Social e Psicologia Organizacional, acolhendo, cuidando e encaminhando a colaboradores e familiares, com assistências médicas, sociais, previdenciárias e trabalhistas.

Adicionalmente, para garantir a segurança da informação nos sistemas e ambiente de rede, dada a adoção de teletrabalho, foi monitorado os riscos de acessos não permitidos e coleta de dados, definindo e implementando ações para mitigá-los.

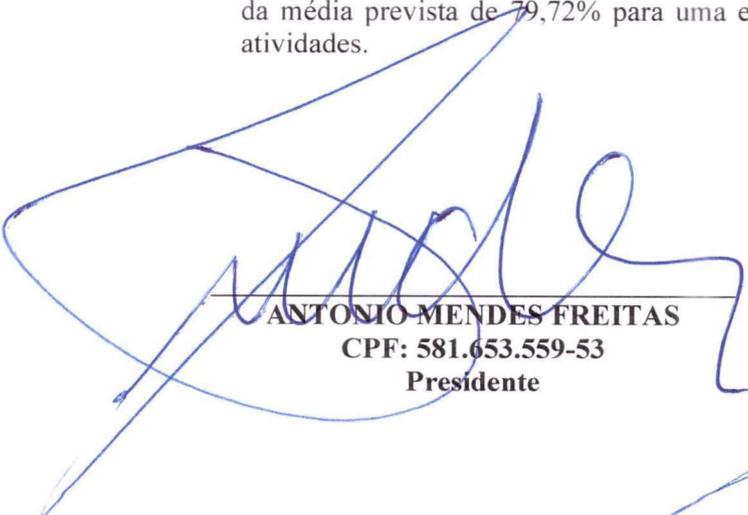
Por suas atividades operacionais ser da área de saúde, nesse período ela continuou a operar normalmente, também com todos os protocolos necessários aos profissionais da saúde.

**Impactos econômico-financeiros - prestação de serviço considerado essencial:**

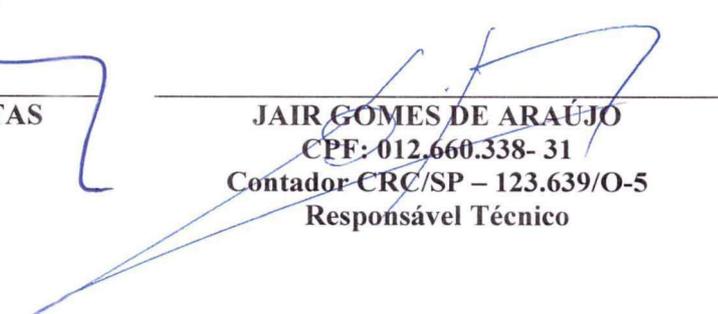
As atividades da Beneficência Camiliana do Sul é considerada essencial, portanto, nesse período ela continuou a operar normalmente e possui, nesse momento, condição financeira suficiente para atravessar a crise decorrente da pandemia.

A Beneficência Camiliana do Sul recebeu em suas unidades hospitalares recursos públicos provenientes da Lei nº 13.995, de 05 de março de 2020, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2021, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.

Quanto a atividade de Plano de Saúde houve em suas unidades uma alta na sinistralidade, da média prevista de 79,72% para uma efetiva 86,73%, impactando no resultado de suas atividades.



**ANTONIO MENDES FREITAS**  
CPF: 581.653.559-53  
Presidente



**JAIR GOMES DE ARAÚJO**  
CPF: 012.660.338-31  
Contador CRC/SP – 123.639/O-5  
Responsável Técnico